Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

UM NOVO ESTADO, UMA VELHA POLÍTICA:
A elite econômica e política do sul de Mato Grosso (sécs. XIX-XX)

AN NEW STATE, AN OLD POLICY:
The economic and political elite of southern Mato Grosso (19th-20th centuries)

ROGÉRIO RIBEIRO ANTONIO[1]

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo demonstrar que uma elite econômica e política, do sul de Mato Grosso uno, almejava ascender ao poder político estadual. Analisando uma bibliografia referente ao tema, observou-se que, em finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, aquela elite ocupava um papel coadjuvante no cenário político estadual, dominado pela elite política cuiabana. A partir da década de 1930, a elite sulista percebendo que seria difícil atingir o poder em Mato Grosso pela via eleitoral, constituiu um movimento divisionista. A principal justificativa para tanto, foi a de que a elite política nortista vivia às custas dos rendimentos do Sul. Enquanto o Estado Novo não permitiu a divisão territorial, a representatividade política entre Norte e Sul se equilibraram, e a partir da redemocratização, em 1945, o Sul supera o Norte na representatividade tanto no Legislativo quanto no Executivo. Nesse momento, a elite política sulista atingiu seu propósito de chegar ao poder, e a divisão não era mais necessária. Todavia, por interesses do governo militar, Mato Grosso foi dividido, criando-se Mato Grosso do Sul, aquela elite que outrora acusava os nortistas pelo atraso em que vivia o Sul, disputam entre si o poder no Estado nascente, mantendo as mesmas práticas.

Palavras-chave: Divisão. Mato Grosso do Sul. Política. Eleições.

ABSTRACT

This article aims to demonstrate that an economic and political elite, from the south of Mato Grosso uno, aimed to ascend to state political power. Analyzing a bibliography referring to the theme, it was observed that, at the end of the 19th century and in the first decades of the 20th century, that elite played a supporting role in the state political scenario, dominated by the political elite in Cuiabá. From the 1930s onwards, a

1. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. *E-mail:* rogerioppgh@gmail.com.

southern elite, realizing that it would be reaching power in Mato Grosso through the electoral route, constituted a divisive movement. The main justification for this was that the northern political elite lived at the expense of the Southern specialties. While the New State does not consider the territorial division, a political representation between North and South was balanced, and from the redemocratization, in 1945, the South surpasses the North in representativeness both in the Legislative and in the Executive. At that time, a southern political elite achieved its purpose of coming to power, and the division was no longer needed. However, for the interests of the military government, Mato Grosso was divided, creating Mato Grosso do Sul, that elite that once accused northerners of the delay in which the South lived, vying for power in the nascent state, maintaining it as previous practices.

Keywords: Division. Mato Grosso do Sul. Policy. Elections.

INTRODUÇÃO

No antigo Estado de Mato Grosso, em sua formação histórica, é notável o fator do regionalismo que se assentava na própria configuração geográfica devido seu amplo território, correspondendo atualmente aos Estados de Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul. Esse aspecto geográfico do antigo Mato Grosso, contribuiu para o surgimento de regionalismos que, na prática "pré-configurava a existência de dois estados na mesma unidade federativa" (BITTAR, 2017, p 226)., mas que nem sempre foi de caráter divisionista. O regionalismo resultou "de uma situação de isolamento geográfico e dificuldade de comunicação entre as duas regiões que, devido à configuração alongada do antigo Estado, começaram a ser polarizadas na designação de norte e sul" (BITTAR, 2017, p 226). Tal isolamento atrelado a sentimentos regionalistas e a ambições políticas, levaram uma parcela da elite sulista a lutar pelo poder estadual, que até então estava nas mãos dos políticos do norte. Na historiografia analisada, nota-se as intenções dos sulistas de atingirem o poder já em fins do século XIX, mas para as intenções deste trabalho, focaremos nos episódios a partir do governo Vargas.

Nos anos de 1930, percebe-se ações divisionistas por parte de uma elite econômica e política sulista quando, em fins de 1932, criou-se a Liga Sul-Mato-Grossense, responsável pela autoria do Manifesto aos habitantes do Sul de Mato Grosso, de outubro de 1933, e do Manifesto da mocidade do Sul de Mato Grosso ao

Chefe do Governo Provisório e à Assembleia Constituinte, em janeiro de 1934. Neste mesmo ano, em março, foi encaminhado ao Congresso Nacional Constituinte, um abaixo-assinado com milhares de assinaturas, pedindo a divisão de Mato Grosso e a criação do Estado de Maracaju[2]. Estes movimentos arrefeceram após a implantação do Estado Novo e, pouco se comentou em divisão até o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), quando este, por questões geopolíticas decide dividir Mato Grosso.

Contudo, me parece que o objetivo da elite sulista era chegar ao poder, a criação de um novo Estado seria uma forma para se atingir tal objetivo. Quando essa elite consegue equilibrar a representatividade no cenário político, tanto na Câmara dos Deputados, na Assembleia Legislativa, quanto no Executivo estadual, nota-se uma acomodação e não mais se ouve falar em separatismo. Portanto, neste trabalho menciono brevemente as justificativas para se separarem do Norte, bem como a estrutura política no Estado nascente.

1. DE COADJUVANTES A ATORES PRINCIPAIS

Confrontos armados pelo controle político local e estadual, assim como as primeiras manifestações pela divisão de Mato Grosso, se deram entre final do século XIX até a década de 1910, configurando o cenário histórico do coronelismo, em que a lei era o 44, uma alusão ao calibre de revolver, "uma vez que as disputas pela terra e pelo poder estadual" eram resolvidas, muitas vezes, pelos confrontos armados, resultando na "destruição das propriedades dos adversários e no extermínio físico de líderes das facções opostas" (BITTAR, 2009a, p. 81). Nota-se a prática política do período relacionada ao domínio das oligarquias rurais que se sobrepõem as elites urbanas, e neste caso, as disputas pelo poder estadual se davam entre aqueles grupos.

Até início do século XX, o sul de Mato Grosso "aparece no cenário litigioso apenas como suporte desse ou daquele grupo", quando os chefes políticos em disputa pelo poder, "arregimentavam aliados em um ou outro ponto dessa região do território

2. Na capa deste documento lê-se: "O desejo de nova divisão territorial manifestado por muitos mato-grossenses do Sul, para formar o Estado de Maracaju..."

mato-grossense". Neste sentido, os motivos das lutas armadas no Sul, segundo Bittar, apresentam três conotações: "a de posse pela terra; a de oposição aos grupos dirigentes nortistas e; a de separação dessa parte do território do restante do Estado" (BITTAR, 2009a, p. 89). Sendo assim, as duas primeiras conotações são compreensíveis, uma vez que a posse de terras se deu, muitas vezes, por lutas armadas e, na política, a divergência entre grupos foi prática constante. E quanto a terceira conotação, o que a elite do Sul de Mato Grosso justificava para a causa divisionista?

Aponto questões econômicas e políticas. Primeiramente a questão econômica. Segundo Paulo Roberto Cimó Queiroz, ainda no século XIX, as elites cuiabanas se sentiam ameaçadas pelo poder econômico em ascensão no Sul do Estado. Corumbá[3] por exemplo, logo após a Guerra do Paraguai (1870), foi beneficiada com a liberação da navegação do rio Paraguai em direção ao estuário do Prata, tornando-se importante centro comercial. Para Queiroz, enquanto o norte

> [...] permanecia virtualmente estacionado, em termos de incremento populacional e desenvolvimento econômico, todo o Sul recebia, após 1870, um regular fluxo de migrantes brasileiros (paulistas, mineiros, paranaenses e, sobretudo na última década do século XIX, sul-rio-grandenses), além de imigrantes estrangeiros, sobretudo paraguaios. Desenvolvia-se, além da pecuária, a economia ervateira (ainda que sob o virtual monopólio da Companhia Mate Laranjeira) (QUEIROZ, 2006, p. 156).

O desenvolvimento econômico do Sul teve grande impulso com a conclusão da estrada de ferro Noroeste do Brasil (NOB), ligando, dede 1914, as barrancas do rio Paraguai, em Porto Esperança, a Bauru e ao porto de Santos. Ainda segundo Queiroz, o advento da ferrovia

> [...] permitiu ao Sul uma ligação direta e rápida com os grandes centros do Sudeste brasileiro, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro (enquanto a população cuiabana continuava a depender da difícil navegação dos rios Cuiabá e Paraguai até Porto Esperança, ponto terminal da ferrovia) (QUEIROZ, 2006, p. 156).

3. Importante mencionar que para Bittar, Corumbá permaneceu numa posição quase de neutralidade em relação as disputas entre sul e as elites cuiabanas.

O estímulo econômico trazido pela NOB fez com que Campo Grande logo suplantasse Corumbá na condição de principal polo comercial do Estado, e rivalizasse com Cuiabá pela hegemonia política. Além da Noroeste, outros fatores favoreceram a cidade morena, como a "amenidade do clima e fertilidade do solo; sua localização nos campos da Vacaria, propícios ao apascentamento dos rebanhos bovinos e à faina agrícola", podendo acrescentar ainda sua "privilegiada posição geográfica no centro da região sul do Estado", além das "levas migratórias nacionais (paulistas, mineiros, gaúchos) e estrangeiras (paraguaios, árabes, japoneses, portugueses, italianos)" (BITTAR, 2009a, p. 193).

A questão econômica fica evidente, como discurso para justificar a divisão, em documento elaborado pela Liga Sul-Mato-Grossense, em 1934, intitulado *A divisão de Mato Grosso – Resposta ao general Rondon*, pelas críticas feitas pelo então general ao movimento divisionista numa entrevista dada ao *Diário de São Paulo*. Dentre vários assuntos, a Liga apresenta a "superioridade" de recursos advindos do Sul. Segundo os dados apresentados pela Liga, em 1931, a receita total do Estado foi de 8.393:722$700, tendo o Sul contribuído com 6.251:627$066, através de suas coletorias (3.500:000$000), da Noroeste (1.600:00$000) e do mate (1.213:627$066).

Ainda se referindo a economia, o documento apresenta o desenvolvimento da pecuária na região, assentada em métodos científicos para o aperfeiçoamento de raças. Sobre a agricultura, esta não teria "comparação com a do Norte, em quantidade, qualidade, processos culturais". O mesmo se dizia do setor industrial, com indústrias açucareira, charqueadas, arreios, calçados, bebidas, de construções, localizadas nos municípios de Miranda, Campo Grande, Aquidauana, Murtinho, Corumbá[4]. Aliás, sobre os municípios do Sul, a Liga afirmava que "todas as suas cidades são servidas de linhas de auto, que se ligam as estações da Noroeste", sendo raríssima "a fazenda onde não chega o automóvel".

4 Sobre Corumbá é importante mencionar que suas elites se identificavam culturalmente com Cuiabá do que com o Sul do Estado. Politicamente, a cidade em meados do século XX, não fez parte da rivalidade entre Norte e Sul. Mesmo a *Resposta ao general Rondon,* ora apresenta Corumbá como fazendo parte do Norte, ora fazendo parte do Sul. Para mais informações ver Marisa Bittar 2009a.

Últimos comentários sobre economia, o documento traz o censo demográfico, o qual apresentava o Sul com "245 mil habitantes, dominando pouco mais de 250 mil km²", dando "mais de dois terços da receita pública", enquanto o Centro e o Norte contavam com "150 mil habitantes, estendendo a sua atividade sobre um milhão cento e noventa e cinco mil km²", contribuindo assim com "menos de um terço e absorve mais de 65% da receita, só na capital".

Fator ligado a questão econômica e que contribuiu para inflamar problemas políticos entre sulistas e nortistas, foi o monopólio exercido pela Companhia Mate Laranjeira no sul de Mato Grosso. A área de domínio da empresa ultrapassava os limites dos contratos de arrendamentos firmados com o governo do Estado, o que segundo Pedro Ângelo da Rosa retardava o desenvolvimento da região[5]. Mesmo assim, houve um incremento populacional, principalmente de gaúchos, nas terras sob domínio da Companhia. Estes ocupantes foram hostilizados como intrusos e enfrentaram uma política favorável à Mate. Desta forma, "na medida em que o governo aumentava o preço das terras devolutas, muitos dos moradores daquelas raias colocaram-se abertamente contra o governo e contra a Companhia". (BITTAR, 2009a, p.69).

Contudo, essa questão com a Mate Laranjeira, deve ser vista com cautela, pois apesar dos confrontos pela posse da terra, a Companhia fazia contínuos empréstimos ao governo de Mato Grosso. Além dos empréstimos, "a empresa também mantinha negócios com ricos fazendeiros do Sul, pequenos e médios agricultores, ervateiros, pequenos industriais, entre outros" (SANTOS, 2016, p. 59). Também devemos lembrar o pagamento de impostos pela empresa, muitas vezes abatidos nas dívidas do Estado, mantendo assim, uma boa relação com a classe política, e exercendo sobre ela grande influência, a ponto de

> [...] indicar governador, vice, deputado estadual, deputado federal e senador [...]. Removia e demitia funcionários, nomeava autoridades, determinava acertos, punha por terra com apenas algumas linhas

5. Mesmo com empecilho causado pela arrendatária, a população mato-grossense registrou ligeiro crescimento. Dados apresentados por Virgílio Corrêa Filho traz a população de Mato Grosso, em 1900, com 118.025 habitantes, já em 1950, contavam-se 522.044 (BITTAR, 2009a, p. 68).

> "descabidas" pretensões de adversários ferrenhos, elegia prefeitos com espantosa facilidade (SEREJO, 1986 apud JESUS, 2004, p. 53).

Fato é que, a arrecadação daqueles impostos e dos empréstimos era administrada pela política de Cuiabá e, mesmo contribuindo com mais de dois terços da arrecadação do Estado, e tendo densidade demográfica maior, o Sul – através de sua elite – se sentia desamparado pelo governo, administrado integralmente pelos do Norte. Na *Resposta ao general Rondon* é atribuído aos fazendeiros a construção de portos, pontes, aberturas de estradas, visto a ausência do Estado. Segue o documento retratando a "grande injustiça" que vive a população do Sul, sem "auxílio algum" do governo.

Ainda segundo aquele documento, mesmo com a saúde, o governo "não gasta, com este alto serviço público, um vintém", os poucos hospitais do Sul teriam sido construídos e custeados com auxílio do povo. O hospital de Campo Grande, por exemplo, atenderia todo o Sul e pacientes até de Cuiabá e Cáceres, recebendo verbas do governo estadual de 12:000$000 anuais, porém teria mais de 70:000$000 atrasados.

Com a educação não seria diferente. Os signatários da *Resposta* criticaram a disparidade no número de estabelecimentos de ensino entre o Norte e o Sul, onde com o dobro da população, o Sul contava com menos de quarenta escolas públicas funcionando, enquanto o Centro com mais de cem. Essa disparidade, parece ter sido algo próximo do real, como é demonstrado pelo censo demográfico de 1950, ao citar

> Campo Grande (57.000 habitantes), que possuía 30 escolas; Corumbá (37.000 habitantes), 27 escolas; Dourados (23.000 habitantes), 19 escolas; enquanto Cuiabá (56.000 habitantes) possuía 64 escolas; Rosário d' Oeste (17.000 habitantes), 58 escolas; Livramento (11.000 habitantes), 47 escolas" (BITTAR, 2009a, p. 291).

Além da negligência na saúde e na educação, o Sul, segundo o mesmo documento, era desassistido também na justiça. "O Sul não tem meios de repressão criminal", havia "justiça sem polícia, sem cadeias", apontava a *Resposta.* Os juízes, promotores, coletores, polícia, constituíam na "arma do fisco, para assegurar a arrecadação dos impostos". Injustiça vista também pelos sulistas no processo de

aquisição de terras devolutas, pois o adquirente, além de pagar o preço ao Estado, pagou muitas vezes "ao advogado, ao intermediário, em achegos e propinas em Cuiabá, em viagens e levou [...] anos para obter o seu documento oficial". Importante ressaltar que a escritura da terra parece ter sido papel de barganha, no sentido de forçar o adquirente em votar neste ou naquele candidato, numa espécie de voto de cabresto, o que não seria garantia de mudança com novas lideranças sulistas no poder.

Essas constatações seriam para os sulistas "uma clara denúncia dos propósitos da política Nortista" de obscurecer a divisão ou mesmo de "empatar" a mudança da capital Cuiabá para Campo Grande[6]. Todos esses dados, sendo reais ou não, supervalorizados ou não, serviram de justificativa para as elites sulistas reivindicarem a divisão territorial e mesmo o poder político. Dando a entender que, se estivessem no poder estadual ou, se o governo federal criasse naquele território mais uma unidade federativa, a região teria grande desenvolvimento. Contudo, como veremos mais adiante, quando ascendem ao poder, seja com a maior representatividade no Legislativo e no Executivo mato-grossense, ou mesmo após a divisão em um governo próprio, pouca coisa mudou.

Quanto a questão política propriamente dita, nota-se até o fim do Estado Novo, a baixa representatividade do Sul no Executivo, na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional. Contudo, este cenário começou a mudar ao longo da década de 1930 quando o predomínio político do Norte foi rivalizado pela força das elites campo-grandenses. Embalada pelo desenvolvimento econômico e populacional proporcionado pela estrada de ferro Noroeste do Brasil, Campo Grande "passou a concentrar as principais lideranças políticas do Sul, até então sediadas na cidade de Nioaque". Com essas lideranças políticas, iniciava-se "uma nova fase, em que uma elite intelectualizada se sobrepôs aos caudilhos, ao tempo das lutas armadas" (QUEIROZ, 2006, p. 158).

6. Entre a elite sulista, cogitou-se em, ao invés de dividir o Estado, transferir a capital de Cuiabá para Campo Grande. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, na qual o Sul apoiou São Paulo, erigiu-se um governo paralelo em Mato Grosso com sede em Campo Grande, cujo governador foi Vespasiano Barbosa Martins, tio-avô de Wilson Barbosa Martins.

Com a ascensão de Campo Grande e a formação de uma elite política, parte desta, parece romper com Cuiabá num primeiro momento. Tal fato é percebido em 1929/1930 quando da campanha eleitoral da Aliança Liberal que apresentou Getúlio Vargas para a presidência da República, obtendo "amplo apoio na porção Sul do Estado, enquanto no Norte as lideranças permaneceram alinhadas à candidatura oficial". Do mesmo modo, "o movimento armado conhecido como *Revolução de 30* obteve apoio particularmente na região do Sul" (QUEIROZ, 2006, p. 159. Grifos do original). Para Queiroz, os vitoriosos daquela revolução deveriam ter dado mais atenção para os sulistas, principalmente quanto aos seus desejos de participação no poder estadual. Na contramão disso,

> [...] as elites "cuiabanas" teriam logrado "dar a volta por cima", aderindo ao novo regime e passando a exercer influência preponderante sobre o interventor nomeado pelo Governo Provisório – o qual, já ao chegar a Cuiabá, para tomar posse do governo estadual, teria sido entusiasticamente acolhido (QUEIROZ, 2006, p. 159).

Assim, a elite sulista permaneceu afastada do poder político estadual. No entanto, outra oportunidade não tardou a aparecer, e na Revolução Constitucionalista de 1932, o Sul rompeu com o governo provisório, enquanto Cuiabá se manteve fiel a Vargas. Com a Revolução de 1932, a elite sulista ficou mais próxima de ascender ao poder de Mato Grosso. Foi durante o levante paulista que ela assumiu o governo paralelo do Estado, quando o general Bertoldo Klinger nomeou o então prefeito de Campo Grande, Vespasiano Barbosa Martins, a governador de Mato Grosso. Mesmo o levante sendo derrotado, pode-se considerar o episódio uma vitória para a elite sulista, pois a projetou no cenário político e fez surgir um movimento divisionista organizado, a Liga Sul-Mato-Grossense.

Para alguns autores, como Hildebrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães, a nomeação de Vespasiano significou a divisão de Mato Grosso, uma vez que na porção sul foi implantado o governo do Estado. Já segundo Bittar, Vespasiano foi nomeado governador do Estado de Mato Grosso, a ser entendido como uma forma paralela de poder, fruto do levante paulista. A autora bem demonstra isso com depoimento do próprio Vespasiano Barbosa Martins a fim de "desfazer boatos tendenciosos" vinculados no Norte:

> Ciente de correr aí que o movimento do Sul é regional contra o Norte, venho declarar não ser verdadeiro o que se afirma. Batemo-nos com os nossos irmãos de São Paulo, Rio Grande e Minas pela volta ao país do regime da lei. Não temos e não devemos ter questões regionais; batemo-nos pelo Brasil unido e livre. Apelo para o sentimento desse altivo povo do Norte a fim de cerrar fileiras ao nosso lado, e caminharmos pela estrada larga da liberdade. a) Dr. Vespasiano Martins. Interventor Federal de Mato Grosso. (MARTINS, apud BITTAR, 2009a, p. 172).

Próximo a interpretação de Bittar é a dissertação de Jovan Vilela da Silva, *A divisão de Mato Grosso: uma visão histórica (1892-1977),* em que o autor afirma que não se tratou de divisão do Estado, mas sim da "transferência da capital para o sul" e "caso o governo ficasse em Campo Grande, se o movimento revolucionário vingasse, talvez nem houvesse necessidade de dividi-lo" (SILVA, apud BITTAR, 2009a, p. 173). Essa questão também é observada na *Resposta ao general Rondon* que "a possibilidade da mudança da Capital" era sentida "desde o governo Aquino [1918-1922]". Por sua vez, antigos "boletins anônimos" distribuídos no Sul, lembravam "ao povo a ideia da mudança da Capital ou a separação do Estado" (MARTINS, 1944, apud QUEIROZ, 2006, p. 157).

Se no levante de 1932 não houve intensão de divisão do Estado, após a derrota deste movimento, a intensão foi "pleitear a divisão do Estado de Mato Grosso em dois Estados Federados" e "promover a união dos mato-grossenses". Em janeiro de 1933, a Liga lança seu primeiro manifesto, o *Manifesto aos habitantes do Sul de Mato Grosso,* ratificando seus anseios de se libertar "definitivamente das peias que impedem o nosso progresso e toda nossa civilização". Com a instalação da Assembleia Constituinte, em 1933, a entidade logo encaminhou o "*Manifesto da mocidade do Sul de Mato Grosso ao Chefe do Governo Provisório e à Assembleia Constituinte*, datado de janeiro de 1934; e uma *Representação dos sulistas ao Congresso Nacional Constituinte*, aparentemente de março de 1934, acompanhada de um abaixo-assinado com milhares de assinaturas" (QUEIROZ, 2006, p. 160).

Para Bittar (2009a) os divisionistas esperavam uma boa acolhida da causa entre os constituintes, pois segundo eles a Revolução de 1930 cogitava uma redivisão territorial do país. Assim, lançaram-se "pelo interior do sul do Estado em busca de adesões que respaldassem o projeto a ser enviado à Constituinte". Na petição

intitulada *Representação dos sulistas ao Congresso Nacional Constituinte*, lê-se que a Liga "poderia apresentar [...] as 13 mil assinaturas que ilustram e apoiam essa representação" (BITTAR, 2009a, p. 226- 227). Mesmo com essa petição e com manifestos, fato é que a Assembleia Nacional Constituinte não acatou a proposta divisionista, até porque o governo de Vargas teve caráter integracionista, e o mais próximo que o Sul de Mato Grosso teve de uma separação, foi com a criação do Território Federal de Ponta Porã, em 1943.

Em resposta ao primeiro manifesto da Liga Sul-Mato-Grossense, foi publicado no jornal *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, nota redigida pela Liga por Mato Grosso Unido em defesa da "unidade política e integralidade territorial de Mato Grosso". (BITTAR. 2009a, p. 218). Vale mencionar que entre seus signatários estavam dois futuros governadores, Arnaldo Estevão de Figueiredo e Fernando Corrêa da Costa, que apesar de suas origens cuiabanas, ambos eram da elite sulista, nos fazendo questionar se a ideia de dividir o Estado era unânime no Sul e, se para alguns políticos o desejo não era apenas de ascenderem ao poder estadual.

Como dito anteriormente, a representatividade do Sul no poder estadual e mesmo no Congresso era pequena. Porém este cenário começou a mudar ainda na década de 1930, se igualando e superando o Norte após o fim do Estado Novo. Se outrora a elite sulista rompeu com Cuiabá, agora seu projeto era de conquistar a hegemonia política através do processo partidário-eleitoral e sem rupturas dramáticas. (NEVES, 1988, apud QUEIROZ, 2006, p. 175).

Em seu livro *Mato Grosso do Sul: a construção de um Estado vol. 1.* (2009a), Marisa Bittar traz um quadro da representação federal e estadual por região entre os anos de 1947 a 1962. Nota-se que neste período, o Sul elegeu mais deputados estaduais do que o Norte, "já para o Congresso Nacional, o Norte fez maioria em 1947 e 1950, enquanto em 1954 e 1958 o Sul o superou", empatando em 3 a 3 em 1962. Vale mencionar que Corumbá ficou a parte dessa rivalidade, por manter uma relação ambígua entre Norte e Sul, e assim, não contabilizando "para o Sul os deputados eleitos por esse município, que hoje pertence a Mato Grosso do Sul" (BITTAR, 2009a, p. 291).

Quadro 1 – Representação federal/estadual por região (1947-1962)

ANO	**NORTE**		**SUL**		**CORUMBÁ**	
	Est.	Fed.	Est.	Fed.	Est.	Fed.
1947	10	1	16	.....	4	1
1950	11	4	16	2	3	1
1954	10	2	18	5	2	.....
1958	12	2	17	4	1	1
1962	12	3	16	3	2	2
Total	**55**	**15**	**83**	**16**	**12**	**5**

Fonte: Novis Neves, M. Manuela, apud Bittar 2009a. Com modificações.

Uma vez com a maioria na Assembleia Constituinte Estadual (16 contra 10, sem contarmos os deputados de Corumbá, e mesmo contando em favor do Norte, a bancada sulista ainda seria maioria), os deputados Italívio Coelho e Oclécio Barbosa Martins, ambos da UDN/Sul, encaminharam uma emenda, em 1947, sobre a transferência da capital. Sobre essa votação, Bittar cita depoimento de Italívio Coelho: "[...] os dois deputados de Corumbá é que acabaram decidindo a votação, [...] O Octacílio votou com eles e o André de Barros votou conosco – ai empatou, porque a representação norte e sul era mais ou menos igual nessa época" (BITTAR, 2009a, p. 293). Uma vez a votação terminando empatada, a proposta "só foi rejeitada graças ao voto de Minerva do presidente da Assembleia, que era um político do Norte" (QUEIROZ, 2006, p. 175). Ora, se a representação "era mais ou menos igual", isso quer dizer que havia deputados sulistas favoráveis ao norte, ou ao menos satisfeito com aquela situação de estarem no poder. Tal fato nos faz questionar o porquê de alguns deputados sulistas votarem contra a mudança da capital, colocando em xeque os anseios dessa classe sobre o divisionismo.

Fato é que, o Sul conseguiu se sobrepor ao Norte na representatividade do poder mato-grossense, tanto no Legislativo, mas principalmente no Executivo, como se observa no quadro a seguir:

Quadro 2 – Governadores eleitos em Mato Grosso

ANO/ELEIÇÃO	**GOVERNADOR**	**PARTIDO/REGIÃO**

1947	Arnaldo E. de Figueiredo	PSD/Sul
1950	Fernando Corrêa da Costa	UDN/Sul
1955	João Ponce de Arruda	PSD/Norte
1960	Fernando Corrêa da Costa	UDN/Sul
1965	Pedro Pedrossian	PSD/Sul

Fonte: Bittar (2009a), p. 293)

Na sequência do Executivo, tivemos José Fragelli (ARENA/Sul) e José Garcia Neto (ARENA/Norte)[7] eleitos pela Assembleia Legislativa[8]. Nota-se assim, a ascensão ao poder de Mato Grosso pela elite sulista, visto que entre o fim do Estado Novo e o Ato Institucional nº 3, que implantou a eleição indireta para governador, dos cinco pleitos, quatro foram vencidos por políticos domiciliados no Sul, além da primeira indicação para governador também ser um político do Sul. Uma vez no poder, essa elite não se mobilizou pela divisão, evitando radicalizações nas campanhas ou mesmo durante seus mandatos.

Corrobora a ideia de a elite sulista estar satisfeita com aquele cenário político, a fala de Queiroz, quando afirma que a divisão parece ter sido "sempre encarada pelos líderes sulistas, acima de tudo, como um objetivo tático, a serviço de uma estratégia mais importante e abrangente, isto é, a ascensão ao poder político". O autor comenta que isso é perceptível ainda nas lutas coronelísticas do final de século XIX, quando "alguns líderes políticos sulistas sentiam-se então insatisfeitos com sua condição de meros caudatários das oligarquias 'nortistas' mas, ao mesmo tempo, sabiam-se impotentes para disputar o poder diretamente com aquelas oligarquias" (QUEIROZ, 2006, p. 173), ratificando a ideia de que a divisão figurava apenas como um meio para se atingir o poder.

Quanto aos episódios da década de 1930, Queiroz (2006) afirma que se fosse corrigida a desproporção da representatividade entre Sul e Norte, a proposta de divisão poderia ser descartada. Tal objetivo também se alcançaria "por meio da

7. Marisa Bittar (2009a) aponta que o último governador de Mato Grosso uno, deveria ser, por questão política, da região Norte.

8 O Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966, definia que as eleições para governador e vice-governador seriam realizadas de forma indireta, através das Assembleias Legislativas.

mudança da capital, codinome da operação política pela qual as alavancas do poder passariam para as mãos das elites sulistas". Neste sentido, após os episódios de 1932, a política em Mato Grosso se acomodou num acordo clientelista entre lideranças do Norte, alicerçada na pessoa de Filinto Müller, e no Sul chefiadas por Vespasiano Barbosa Martins. Tanto que as duas lideranças

> [..] ao invés de se antagonizarem, promoveram entre si uma divisão de poderes. De fato, um dos entrevistados de Neves registra que, durante o Estado Novo, Martins mantinha um "ótimo relacionamento" com o interventor Júlio Müller, o qual "costumava dizer que o Vespasiano o representava no sul do Estado". A própria Neves assinala que Vespasiano e Filinto "haviam dividido o espaço político-regional" já na década de 30, e cita a esse respeito um esclarecedor depoimento do líder sulista Demósthenes Martins: "houve um acordo sim", pelo qual "todas as nomeações do Norte eram do Filinto e as do Sul, do Vespasiano" (QUEIROZ, 2006, p. 174).

Com a representatividade equilibrada entre Norte e Sul, seria desnecessário, e até arriscado, um político tomar lado na questão divisionista. Para Queiroz, tal "racionalidade se expressaria no sentido de evitar o confronto explícito Norte versus Sul". Para tanto, os candidatos foram cuidadosos em suas campanhas para não haver identificação de candidato norte candidato sul. Uma vez tendo "provado o gosto do poder, as elites sulistas não estavam dispostas a colocar em risco as posições já alcançadas" (QUEIROZ, 2006, p. 175-176). Assim, podemos deduzir que

> [...] a polarização regional sempre foi evitada porque poderia significar a desagregação da estrutura de poder então existente – e isso não interessava às elites políticas que, mesmo fracionadas, detinham a direção do sistema de dominação vigente, fortemente assentado nessas oligarquias municipais que, inevitavelmente, tinham os seus próprios interesses político-regionais agregados aos interesses partidários (NEVES, 1988 apud QUEIROZ, 2006, p. 176).

Neste sentido, Bittar afirma que "a divisão de Mato Grosso vinha se constituindo, desde sempre, numa espécie de causa sem partido", pois quais

> [...] motivos explicam que, ao longo de toda a secular trajetória, não tenha havido um partido pró-divisão? A resposta é: a essência da própria causa. Sendo uma bandeira regionalista e incerta, era, de certa forma, problemática para os partidos políticos. Na verdade, nenhum político [sulista] em época de eleição desejava ser identificado como contrário "ao norte" (BITTAR, 1999, apud QUEIROZ, 2006, p. 177).

Uma vez que a correlação de forças era favorável ao Sul, as alegações de outrora utilizadas pela Liga Sul-Mato-Grossense em seus manifestos de que Cuiabá tinha vocação para o mando, e das acusações do abandono de que vivia o Sul, esquecido pelo governo, não faziam mais sentido. Mesmo assim, de quando em quando ouvia-se algum discurso pró-divisão. Um destes poucos discursos é o manifesto do Movimento Pró-Divisão de Mato Grosso, de 1959, "fruto de uma fase morna do divisionismo" vindo na "esteira da ressaca pós-criação do Território Federal de Ponta Porã" (BITTAR, 2009a, p. 294).

Portanto, deduz-se que, se dependesse dos políticos mato-grossenses, provavelmente a divisão não sairia, visto que quem levantasse a bandeira correria o risco de perder o poder, pois, ao que parece o divisionismo não encontrou apoio na maioria da população, nem mesmo no Sul. Nota-se, que neste momento, o populismo era a base de sustentação de partidos políticos, principalmente os que controlavam o cenário estadual e nacional, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), desta forma seria difícil a divisão de Mato Grosso sair pela via democrática e constitucional.

Seria necessário, portanto, "uma conjuntura política favorável para que o tema da divisão de Mato Grosso voltasse à baila" (BITTAR, 2009a, p. 297), um regime que prescindisse de consulta popular, ou de apoio da classe política local, e que não se abalaria com a aceitação ou não da polução. Tal conjuntura não demoraria a aparecer, e ela veio justamente com o golpe civil-militar de 1964.

No início do regime militar, ainda no governo Castelo Branco (1964-1967), segundo Bittar, Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva estiveram em Mato Grosso realizando estudos geopolíticos sobre a viabilidade de se dividir o Estado. Contudo, ainda segundo a autora, os dois governos que se seguiram, o de Artur da Costa e Silva (1967-1969) e o de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), não trataram do assunto, pois tinham como prioridades o combate à subversão, a consolidação do regime e a implementação do "milagre brasileiro". Ernesto Geisel por sua vez, prezava o desenvolvimento capitalista brasileiro apoiado na geopolítica de interiorização e integração nacional. Na presidência, "eis que decide dividir Mato Grosso", uma vez que ele não precisaria "realizar articulações políticas destinadas a viabilizar seu

intento" (BITTAR, 2009a, p. 299). Assim, a divisão de Mato Grasso foi possível mais por vontade/interesses do governo federal, do que pelos movimentos regionalistas ou por seus políticos. Devemos acrescentar a estes propósitos e anseios, o objetivo político, uma vez que atenderia aos "interesses do governo de ampliar suas bases parlamentares no Congresso Nacional" (CHAGAS, 2016, p. 42), frente ao crescente número de deputados e senadores do MDB.

No início do governo Geisel, em 1974, inicia-se os estudos de viabilidade de divisão do Estado. O projeto é levado ao Congresso em agosto de 1977, aprovado em setembro e, sancionado pelo presidente em 11 de outubro de 1977, sob a lei nº 31, que dividiu Mato Grosso e criou Mato Grosso do Sul. Interessante notar a representatividade do Sul neste momento. O Senado, após a morte de Filinto Müller em 1973, estava composto por Italívio Coelho, Antônio Mendes Canale e Rachid Saldanha Derzi, todos da ARENA/Sul. Na Câmara, as forças estavam equilibradas com quatro deputados federais para o Sul e quatro para o Norte. Eram eles do Sul: Valdomiro Gonçalves (ARENA), Ubaldo Barém (ARENA), Walter de Castro (MDB), Antônio Carlos de Oliveira (MDB); do Norte: Vicente Vuolo, Nunes Rocha, Gastão Müller e Benedito Canellas, todos da ARENA.

Recém-criado, Mato Grosso do Sul ficou aos cuidados administrativos de Mato Grosso até janeiro de 1979, quando se instala o Judiciário e o Executivo com a nomeação de Harry Amorim Costa pelo presidente Ernesto Geisel, assunto este que veremos logo mais. Quanto ao Legislativo, este se encontrava formado pelas eleições de 1978. Como previsto pelo governo federal, o pleito de 1978 em Mato Grosso do Sul, foi favorável a ARENA, talvez embalada pela euforia da criação do novo Estado. Notamos tal fato observando os quadros a seguir.

Quadro 3 – Deputados Federais de MS eleitos em 1978

CANDIDATO	**PARTIDO**	**CANDIDATO**	**PARTIDO**
Rubén Figueiró	ARENA	Ubaldo Barém	ARENA
Levy Dias	ARENA	Walter de Castro	MDB
João L. Schimidt	ARENA	Antônio C. de Oliveira	MDB

Fonte: TRE de MS. In. CHAGAS, 2015, p. 48

Quadro 4 – Deputados estaduais de MS eleitos em 1978

CANDIDATO	PARTIDO	CANDIDATO	PARTIDO
Ramez Tebet	ARENA	Zenóbio dos Santos	ARENA
Paulo Saldanha	ARENA	Ary Rigo	ARENA
Londres Machado	ARENA	Cecílio de Jesus Gaeta	MDB
Waldomiro Gonçalves	ARENA	Getúlio Gideão	MDB
Osvaldo Dutra	ARENA	Sergio Cruz	MDB
Horácio Cerzósimo	ARENA	Onevan de Matos	MDB
Rudel Trindade	ARENA	Sultan Rasslan	MDB
Alberto Cubel Brul	ARENA	Odilon Nacasato	MDB
Walter Carneiro	ARENA	Roberto Orro	MDB

Fonte: BITTAR, 2009b, p. 148

Para o cargo de deputado federal, foram eleitos quatro pela ARENA e dois pelo MDB. Para a Assembleia Legislativa, dos dezoitos deputados, onze eram da situação e sete de oposição. Já a disputa para o Senado se deu entre Pedro Pedrossian (ARENA), e Plínio Barbosa Martins (MDB), vencida pelo primeiro com uma margem relativamente pequena, conforme podemos ver no quadro a seguir:

Quadro 5 – Votação obtida pelos candidatos ao Senado por MS em 1978

PARTIDO	CANDIDATO	VOTOS
ARENA	Pedro Pedrossian	134.338
ARENA	José Fragelli	45.885
MDB	Plínio Barbosa Martins	130.658
MDB	Humberto Neder	11.456

Fonte: BITTAR, 2009b, p. 145

Com estes resultados, mesmo a ARENA sendo vitoriosa, o prestígio eleitoral de Pedrossian e do partido de sustentação do regime, foi posto em xeque e, seu nome fora incluído na categoria política de velhos caciques (BITTAR, 2009b, p. 145). Interessante essa inclusão, pois no início de sua carreira política, na campanha ao governo de 1965, Pedrossian fora visto como renovação em relação as velhas oligarquias mato-grossenses. E agora, como velho cacique, usaria de várias artimanhas e influência nos altos escalões do regime militar, para destituir os dois primeiros governadores indicados de Mato Grosso do Sul, Harry Amorim Costa (ARENA) e Marcelo Miranda Soares (ARENA) e, retornar ao posto de chefe do Executivo.

Podemos notar na prática política três formas na renovação de lideranças, a primeira com um continuísmo de antigos caciques, ora de forma hereditária[9], ora com seus afilhados políticos[10]; uma outra com rupturas entre antigas lideranças, surgindo novos caciques[11]; e uma terceira forma com lideranças de oposição[12]. A partir da Era Vargas, nota-se nomes influentes na política estadual, polarizando as disputas, como Vespasiano Barbosa Martins e Filinto Müller. Já no período democrático de 1946 a 1964, tivemos Fernando Corrêa da Costa e Filinto Müller; durante a ditadura militar, José Fragelli e Pedro Pedrossian e, no jovem Estado de Mato Grosso do Sul, a polarização se deu entre Pedro Pedrossian e Wilson Barbosa Martins.

Um dos protagonistas na disputa pelo poder no jovem Estado de Mato Grosso do Sul, foi Pedro Pedrossian. Pedrossian teve ascensão rápida na política, sua primeira disputa eleitoral foi para a vaga do governo de Mato Grosso pelo PSD, em 1965. Tendo como slogan “o tostão contra o milhão”, por ser ele engenheiro civil,

9. Podemos citar como exemplo a família Sarney no Maranhão, os Magalhães na Bahia. No Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: Pedro Celestino Corrêa da Costa e seu filho Fernando Corrêa da Costa, a família Trad, a família Tebet.

10. No Mato Grosso/Mato Grosso do Sul nota-se apadrinhamentos políticos entre Filinto Müller e Pedro Pedrossian, Renato Alves Ribeiro e José Fragelli.

11. É o caso entre Filinto Müller e Pedro Pedrossian.

12. Exemplo nacional seria o líder metalúrgico do ABC paulista, Luiz Inácio da Silva, o Lula, e no Mato Grosso do Sul, um dos líderes do MDB, Wilson Barbosa Martins.

funcionário público na NOB, concorrido com Lúdio Martins Coelho (UDN), um dos maiores pecuaristas do Sul do Estado.

A vitória de Pedrossian pode ser atribuída, em parte, por ser novo na política, pelo apoio de um dos maiores chefes políticos do Estado, Filinto Müller (PSD/Norte), e por ser identificado contrário ao regime militar instalado em 1964, que no Sul de Mato Grosso encontrava grande rejeição. Esse conjunto foi "bem explorado por ele, que construiu a sua imagem de político contrário às oligarquias e que representava a mudança" (BITTAR, 2009b, p. 126). Atrelado a sua imagem contrária ao regime, estava o apoio da esquerda que decidia o pleito em Mato Grosso. De fato, o PTB e o PCB, existentes no Sul do Estado, "decidiam o resultado porque a disputa era polarizada entre as duas principais forças (UDN e PSD)", assim, o "candidato que conseguisse obter o apoio desses dois partidos cuja atuação gravitava por fora da bipolaridade hegemônica, levava vantagem em qualquer eleição" (Idem, p. 127). Essa vitória colocou Mato Grosso ao lado de Minas Gerais e da Guanabara, estados em que o governo militar perdeu as eleições de 1965.

Através de articulações políticas no Senado Federal e na Assembleia Legislativa, Filinto tenta derrubar Pedrossian. Por sua vez, Pedrossian cooptava parte daquela base "filintista" revertendo a cassação desejada por Filinto, nascendo daí a ala "pedrista". De fato, é surpreendente "um novato na política mato-grossense", ter conseguido "derrotar a articulação montada pelo maior chefe político estadual da época, aquele que transcendendo o regionalismo norte-sul, afirmava não existir um único município em Mato Grosso 'onde não tivesse um compadre'" (BITTAR, 2009b, 131-132). Com essas articulações, Pedro Pedrossian se torna um novo cacique na política mato-grossense.

Quanto a Wilson Barbosa Martins, é de uma família tradicional de Mato Grosso, ligada a pecuária e de profissionais liberais como medicina e advocacia. Vale mencionar que foi sobrinho neto de Vespasiano Barbosa Martins, chefe do governo paralelo de Mato Grosso no levante de 1932. Em seu histórico político, Barbosa Martins demonstra uma "[...] postura pela democracia e a oposição às duas ditaduras [...]. Foi antigetulista e na UDN (1946) combateu a ação golpista de líderes como Carlos Lacerda. Na sequência, instituída a ditadura militar, foi oposicionista de

primeira hora, tendo sido um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro [...]" (BITTAR, 2009b, p. 223). No início do regime militar, fora um dos deputados federais mais votados. Por conta de sua oposição ao regime, teve seu mandato e os direitos políticos cassados, retornando ao cenário político estadual nas eleições de 1978.

A dualidade outrora existente em Mato Grosso uno entre Fernando Corrêa da Costa (UDN/Sul) e Filinto Müller (PSD/Norte), seria reeditada em Mato Grosso do Sul com Wilson Barbosa Martins (MDB/PMDB) e Pedro Pedrossian (ARENA/PDS). Para Bittar (2009b)

> O "estado-modelo", como se vê, pelo menos nesse aspecto, mostrava não estar completamente apartado do Norte. E como poderia se esses nomes representavam exatamente o passado de Mato Grosso uno e a continuidade da hegemonia estabelecida no pós-45? (BITTAR, 2009, p. 108).

Antes do golpe de 1964, lideranças estavam alocadas na UDN e no PSD, que polarizavam as eleições em Mato Grosso. Com o bipartidarismo implantado pelo Ato Institucional nº 2, lideranças outrora rivais, em sua maioria, se filiaram a ARENA como Filinto Müller, Fernando Corrêa da Costa, José Fragelli e Pedro Pedrossian. Em Mato Grosso, a união desses nomes na mesma legenda, causou rivalidades em épocas de eleições pela nomeação ou indicação para disputas de pleitos. Após a criação de Mato Grosso do Sul, essa rivalidade se mantém nas eleições de 1978 e 1982, contribuindo para a instabilidade política no Estado.

Desde outubro de 1977, o Estado tinha existência legal, mas não possuía governo próprio. Pela lei complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977, o governo federal tinha até março de 1978 para indicar o governador que tomaria posse em janeiro de 1979. Nesse interim, as elites sul-mato-grossense "componentes da ARENA, envolveram-se em uma disputa" sem entrarem num "consenso sobre o nome que o partido indicaria ao presidente Ernesto Geisel para ser nomeado governador".

Pela falta de entendimento, o presidente nomeou um técnico[13], "alheio às lutas da ARENA regional, o gaúcho Harry Amorim Costa" (BITTAR, 2009b, p. 108-109).

Seu breve governo (1º de janeiro de 1979 a 12 junho de 1979), assumiu de fato um caráter técnico, visto que criou uma estrutura administrativa composta em sua maioria por técnicos, implantando um modelo "bem diferente daquele a que alguns líderes políticos da porção Sul do Estado estavam acostumados [...] Essa inovação consistia nas supersecretarias, ou seja, o governo diminuiu o número de secretarias, com vistas a garantir uma equipe mais produtiva [...]" (CHAGAS, 2016, p.51).

De certo modo, essa característica em sua administração, contribuiu para sua queda, visto que com técnicos no governo e um número reduzido de secretarias, havia poucas vagas para serem preenchidas por indicações políticas. Além disso, segundo Chagas (2016), por ser inexperiente como político, Harry não conseguiu lidar com as articulações, "elemento fundamental na viciada cultura política brasileira". Some-se a isso o fato de quando das reuniões arenistas para indicar o nome do governador, houve dissidência entre Pedrossian e o então deputado federal Levy Dias, este se aproximou de Harry conquistando sua confiança e a oportunidade de indicação para alguns cargos no governo. Essa aproximação, fez com que "a maioria dos parlamentares ficassem com certa inveja da influência de Levy no governo" (Idem, ibidem). Todos esses fatores levaram a uma conspiração para derrubar Harry Amorim Costa do governo de Mato Grosso do Sul.

Já para Bittar (2009b), as conspirações começaram antes mesmo de sua investidura. Lembremos que a ARENA estadual não entrou num consenso para a indicação de um nome ao executivo, isso se deve ao fato de que, a ARENA estadual, na prática, se dividia em duas facções rivais oriundas do quadro político partidário anterior ao golpe de 1964, caracterizando como dois partidos em um. Essa rivalidade se acirrou por conta da escolha do primeiro governador. Uma vez não sendo ela resultado de eleição, recaiu na disputa entre antigos caciques que buscou impor sua decisão, ou seja, o velho duelo protagonizado entre UDN e PSD, encarnado entre

13. Segundo Bittar, o termo técnico passou a ser empregado pela imprensa e pelos meios políticos em geral para enfatizar que a experiência administrativa de Harry Amorim Costa provinha de cargos não políticos em si e também para distingui-lo dos pretendentes que cobiçavam o cargo.

Pedro Pedrossian (ex PSD) e José Fragelli (ex UDN), caciques na política mato-grossense, se fez presente no jovem Estado de Mato Grosso do Sul.

A influência de Pedrossian é percebida não só em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, mas também no cenário federal. Em entrevista a Marisa Bittar, Paulo Coelho Machado afirmava que "Pedro tinha muito prestígio junto ao Golbery e, indiretamente com Geisel", tanto que quando veio a divisão, Pedro apresentou sua pretensão de ser governador e Geisel aceitou. Todavia,

> [...] quando a ARENA ortodoxa viu que ia perder a guerra, se reuniram todos, foram a Brasília, inclusive o Fernando Corrêa da Costa [...] entendendo que precisavam impedir a qualquer custo, mas o Geisel já estava decidido, então ele se irritou com o negócio e disse: já que vocês não querem o Pedro e eu não vejo motivo para não nomeá-lo, eu então vou nomear um de fora do Estado (Paulo Coelho Machado, 1996, In. BITTAR, 2009b, p. 118).

O nome de Pedro Pedrossian, parece ter sido visto pelo regime como a melhor opção em preparar o Estado para as disputas de 1982, e assim garantir a vitória naquelas eleições. Seu nome também fora consenso na mídia. O *Correio do Estado,* que na eleição de 1965 combatera sua candidatura, agora o julgava como o mais capaz para ocupar o cargo. O mesmo jornal quando da divisão, "organizou em Campo Grande a 'passeata monstro', distribuindo faixas e cartazes padronizados com os dizeres 'Obrigado Geisel. Bem-vindo Pedrossian'" (BITTAR, 2009a, p. 328).

Não nomeado por articulações de seus opositores arenistas ortodoxos, Pedrossian passa a tramar a queda de Harry Amorim Costa. "A trama para derrubá-lo vinha de cima e contava com a bancada pedrossianista na Assembleia Legislativa". Completando essa trama Valdomiro Gonçalves, o deputado mais fiel a Pedrossian, tornou-se "o líder do governo na Casa" (BITTAR, 2009b, 160). Contudo, essa articulação na Assembleia, teve mais caráter de um plano B, visto que, pela essência do regime militar, tudo se resolvia em Brasília. Diante dessas articulações, cabe a reflexão: será que a velha prática política, tão criticada na *Resposta ao general Rondon*, do gosto pelo mando dos do Norte, dos tubarões da política, existia apenas em Cuiabá? Será que os tubarões, os caciques da política também não estavam presentes no Sul? Vejamos.

Em consulta ao senador Pedro Pedrossian, os deputados da Assembleia Legislativa a ele vinculados foram liberados para "apoiar" o governador. Pedrossian "assim o fizera justificando que a destituição do governador seria obra 'de cima' e não da Assembleia Legislativa", ou seja, o "apoio" era apenas fachada, uma farsa, visto que a bancada federal e os senadores, Pedro Pedrossian, Rachid Saldanha Derzi e Antônio Mendes Canale, resolveriam tudo em Brasília. (Idem, p. 161). E de fato resolveram.

Também em entrevista a Marisa Bittar, o deputado estadual Waldomiro Gonçalves, relata uma conversa que teve com Pedrossian a respeito da posição da Assembleia sobre Harry:

> Um dia fui lá no Pedro, preocupado, apreensivo: "Governador, eu estou cometendo uma contradição; afinal eu sou seu companheiro e líder do homem que o senhor quer fora do governo!". Ele falou: "Não. Pode apoiá-lo. Vocês podem ficar com Harry de cabo a rabo!" Essa foi a expressão dele. "Podem ficar porque vocês não mandam nada. Quem vai derrubar, se alguém derrubar, é lá em cima. Vocês têm é que ficar aqui com ele mesmo! Vocês não mandam nada!" Tanto é que nós assinamos aquele manifesto (apoiando Harry) e no outro dia ele caiu. A nossa expressão era zero lá em Brasília. (Valdomiro Gonçalves, 1996. In: BITTAR, 2009b, p. 162. Grifo meu).

Para Pedrossian, os resultados das eleições de 1978, o reafirmava como liderança da ARENA no Estado, sinalizando para o governo federal que ele mereceria o cargo de governador. Porém, mais uma vez, sua nomeação não foi possível pelo veto do grupo de Fragelli. O nome de consenso das duas vertentes, foi o de Marcelo Miranda Soares, que deixou o cargo de prefeito de Campo Grande e assumiu como segundo governador de Mato Grosso do Sul. Todavia, seu mandato também seria breve.

A aceitação do nome de Marcelo Miranda pela ala pedrossianista, se deu pela crença em sua obediência ao senador. Quando o deputado federal João Leite Schimidt, muito próximo de Pedrossian, buscou influenciar o governador para que assumisse efetivamente o comando do Estado e "não figurasse como arremedo de governador", Marcelo Miranda vê-se numa delicada situação, "na medida em que atendia as exigências de Pedrossian era alvo de críticas da oposição na Assembleia

Legislativa, mas se dele se afastasse, perderia o apoio 'de cima' para permanecer no cargo" (BITTAR, 2009b, p.180).

Quanto ao mandato de pouco mais de um ano de Marcelo Miranda (30 de junho de 1979 a 28 de outubro de 1980), Chagas (2016) aponta algumas de suas medidas. Na educação, por exemplo, houve pequenos avanços, devido a pressão da categoria através da Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul (FEPROSUL), como o aumento salarial; construções de salas de aulas em escolas de diversos municípios; obras de saneamento básico e pavimentação asfáltica. Lançou também o Programa de Desenvolvimento Integrado (PDI) em algumas regiões do Estado, com recursos na ordem de Cr$ 7,5 bilhões. Entretanto, esses avanços devem ser vistos com cautela. As atas da Assembleia Legislativa de agosto de 1979, por exemplo, apresentam depoimentos da oposição "criticando a criação da Secretaria de Comunicação destinada a Aluísio Coelho, genro de Pedrossian, com dotação orçamentária muito superior às das secretárias da área social, como Educação e Saúde" (BITTAR, 2009b, p. 180).

Apesar das denúncias dos atos administrativos do governo de Marcelo Miranda Soares, este não foi destituído por discordância da oposição, mas sim por decisão do Palácio do Planalto que acolheu a pretensão de Pedrossian (Idem, p. 181-182). A queda do segundo governador de Mato Grosso do Sul, parece ter sido manobra tão somente do senador. Em entrevista concedida a Chagas no livro *As eleições de 1982 em Mato Grosso do Sul* (2016), Pedrossian relatou que:

> O tempo foi passando.... aí eu cheguei ao presidente Figueiredo e falei: "olha aconteceu isso, indiquei Marcelo, e eu quero ser governador, eu quero que o senhor cumpra a promessa!" Aí o Figueiredo me disse: "mas Pedrossian... eu acabei de indicar agora o senhor Marcelo Miranda, indicação sua. E eu não quero desagradar o velho". O velho que ele dizia era o Geisel, que estava morando lá em Petrópolis ou Teresópolis. Eu falei: "se o problema é esse eu resolvo". Peguei um carro e fui lá, fui lá no Geisel. Disse: "presidente, houve compromisso da sua parte, o Golbery, falando em seu nome, o presidente Figueiredo, enfim, toda uma assessoria, onde eu fiz um trato que era minha nomeação após as eleições, mas o Figueiredo disse que não, não queria contrariar o velho". Ele pegou o telefone e ligou pro Figueiredo, general Figueiredo, disse: "está liberado, pode nomear o Pedrossian". Aí foi quando eu fui nomeado. Essa foi a razão, mas antes disso eu fui convidado porque realmente eles chegaram à conclusão que eu fizera um grande governo no Estado pró-indiviso, o

> velho Estado de Mato Grosso. (Pedro Pedrossian, 2012. In. CHAGAS, 2016, p. 55-56).

Concomitante aos anseios de Pedrossian em assumir o governo de Mato Grosso do Sul, estava o projeto de auto reforma do regime, para se manter no poder. Assim, o nome de Pedrossian era visto como o "mais capaz de derrotar a oposição sul-mato-grossense nas eleições de 1982", desta forma, "seu plano de chegar a esse posto pôde concretizar-se por causa da conjuntura política da época" (BITTAR, 2009b, p.183).

Diante deste cenário e das pressões de Pedrossian, o presidente Figueiredo destituiu Marcelo Miranda e o nomeou governador com a missão de garantir as eleições de 1982. Assim, em menos de dois anos de implantação, Mato Grosso do Sul, estava diante da terceira nomeação para governador. Como entender agora as justificativas de outrora de que o Sul precisava se livrar do jugo político de Cuiabá? Como justificar o atraso do Sul causado pelo governo do Norte? Ou ainda, como explicar que os do Norte tinham gosto pelo poder? Ao que parece aquela elite sulista, ao ascender ao poder de Mato Grosso uno, já haviam atingido seus objetivos. A criação de Mato Grosso do Sul apenas trouxe para esta nova unidade federativa as disputas pelo poder das mesmas elites de outrora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado das manobras não saiu como o planejado pelo regime. Ao se decidir pela exoneração, o Palácio do Planalto desprezou a "representatividade político-eleitoral dos oponentes de Pedrossian, computando a ele a capacidade de arregimentar o PDS e torná-lo apto a vencer o embate eleitoral mais importante da época: o pleito de 1982" (BITTAR, 2009b, 191). Logo depois da destituição de Marcelo Miranda Soares e a aprovação do nome de Pedro Pedrossian pelo Senado, o grupo estadual contrário articulou manobras e, o PDS sofreu baixas importantes como a de José Fragelli, que assumiu a vaga no Senado deixada por Pedrossian, a do senador Rachid Saldanha Derzi e a do ex-governador Marcelo Miranda, além dos deputados federais João Leite Schimidt e de Rubén Figueiró, que meses depois, fundaram no

Estado o PP (CHAGAS, 2016, p. 57), mas que por manobras do governo militar com vistas às eleições de 1982, se funde ao PMDB.

Apesar de vitorioso, essas realizações não favoreceram a corrente histórica do PMDB, pois as forças políticas oriundas do PDS, ascenderam sobre o governo de Wilson Barbosa Martins, tomando as rédeas e passando a conduzir o processo político pós-1986. De fato, a partir de então, vemos em Mato Grosso do Sul, uma alternância no poder entre os grupos liderados por Wilson Barbosa Martins e Pedro Pedrossian. Tivemos na corrida governista em 1986, Marcelo Miranda Soares, apoiado por Wilson Barbosa Martins, e Lúdio Martins Coelho, apoiado por Pedro Pedrossian, se elegendo o primeiro grupo com uma vitória expressiva, Marcelo obteve 413.266 votos, contra 242.748 de Lúdio Coelho. No pleito de 1990, a disputa se deu entre Ghandi Jamil Georges concorrendo pelo PDT, apoiado pelo PMDB, e Pedro Pedrossian, agora no PTB. O resultado dessa eleição foi a vitória de Pedrossian com 417.589 votos, e 217.289 para Ghandi Jamil. Na polêmica campanha de 1994[14], Wilson Barbosa Martins novamente é eleito governador, obtendo 392.365 votos, contra 243.366 de Levy Dias candidato da coligação pedrossianista. Nota-se assim, a alternância no poder entre grupos ligados a Pedrossian e a Wilson Barbosa Martins. Seja entre um grupo ou outro, o que se percebe é a grave crise financeira em que o Estado mergulhou, agravando as mirradas políticas sociais, desvalorização salarial do funcionalismo público, inclusive com sucessivos atrasos na folha de pagamento.

REFERÊNCIAS

BITTAR, Marisa. **O inesperado 1977:** quarenta anos da criação de Mato Grosso do Sul. In. Revista Eletrônica História em Reflexão, Dourados, MS, v. 11, n. 22, jul./dez. 2017.

_____. **Mato Grosso do Sul, a constrição de um estado.** Volume 1: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.

14. O então governador Pedro Pedrossian para assegurar a hegemonia no processo político sul-mato-grossense, lançou no final do seu governo, a tese do "pacto político" que consistia em unir todas as forças políticas do Estado em torno de um único candidato para sua sucessão. A estratégia consistiu em interferir, de fora, no partido rival, PMDB, com intuito de minar a candidatura do então senador Wilson Barbosa Martins para governador. Uma maratona de manobras em 1933 mostrou, mais uma vez, as práticas políticas da elite dirigente sul-mato-grossense no Estado. Sobre esse assunto ver BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: a construção de um Estado* vol.2.

_____. **Mato Grosso do Sul, a constrição de um estado.** Volume 2: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.

CHAGAS, Wagner Cordeiro. **As eleições de 1982 em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Life Editora, 2016.

DOCUMENTO. **A divisão de Mato Grosso** – Resposta ao general Rondon. Campo Grande, 1934.

JESUS, Laércio Cardoso de. **Erva-mate: o outro lado***:* a presença dos produtores independentes no antigo Sul de Mato Grosso 1870-1970. Dissertação (mestrado em História). – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados, 2004.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Mato Grosso/Mato Grosso do Sul:** divisionismo e identidades. In. Revista Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 2, p. 149-184, 2006.

SANTOS, Camila Comerlato. **Território Federal de Ponta Porã:** o Brasil de Vargas e a marcha para oeste. Dissertação de mestrado, Porto Alegre: PUC, 2016.

Recebido em 30 de abril de 2021.
Aprovado para publicação em 13 de março de 2022.